



University of
Texas Libraries



e-revist@s



Centro Universitário Santo Agostinho

revista fsa

www4.fsnet.com.br/revista

Rev. FSA, Teresina, v. 22, n. 4, art. 6, p. 106-133, abr. 2025

ISSN Impresso: 1806-6356 ISSN Eletrônico: 2317-2983

<http://dx.doi.org/10.12819/2025.22.3.6>

DOAJ DIRECTORY OF
OPEN ACCESS
JOURNALS

WZB
Wissenschaftszentrum Berlin
für Sozialforschung



MIAR



Desafios da Economia Brasileira: Uma Revisão Sobre a Agenda novo Desenvolvimentista

Challenges of the Brazilian Economy: A Review of the new Developmentalist Agenda

Fábio Moita Louredo

Doutor em Administração pela Universidade do Grande Rio

Administrador da Universidade Federal Fluminense

E-mail: fmlouredo@id.uff.br

Sergio Eduardo de Pinho Velho Wanderley

Doutor em Administração pela Fundação Getúlio Vargas

Professor da Fundação Getúlio Vargas

E-mail: sergio.wanderley@fgv.br

Endereço: Fábio Moita Louredo

Universidade Federal Fluminense - R. Miguel de Frias, 9
- Icaraí, CEP: 24220-900, Niterói/RJ, Brasil.

Endereço: Sergio Eduardo de Pinho Velho Wanderley

Fundação Getúlio Vargas - R. Jornalista Orlando Dantas,
30 - Botafogo, CEP: 22231-010, Rio de Janeiro/RJ,
Brasil.

Editor-Chefe: Dr. Tonny Kerley de Alencar Rodrigues

Artigo recebido em 20/02/2025. Última versão
recebida em 12/03/2025. Aprovado em 13/03/2025.

Avaliado pelo sistema Triple Review: a) Desk Review
pelo Editor-Chefe; e b) Double Blind Review
(avaliação cega por dois avaliadores da área).

Revisão: Gramatical, Normativa e de Formatação



RESUMO

Propomos nesta pesquisa entender como o Novo Desenvolvimentismo (ND) pode contribuir para a superação da crise econômica brasileira, agravada pela pandemia de COVID-19. O panorama da economia brasileira contemporânea revela que, nos últimos anos, enfrentamos sucessivas crises desde a década de 1980, com hiperinflação, crises cambiais, estagnação de crescimento, crise mundial de 2008 e esgotamento do modelo neoliberal, impondo à economia uma trajetória claudicante, do tipo stop-and-go. Foi construído um referencial teórico que abordou as características do desenvolvimentismo clássico e do ND. Para compreender como o ND pode oferecer alternativas, foi realizada uma revisão sistemática de literatura. Os resultados revelaram que o ND é uma perspectiva em ascensão no Brasil, abraçada por um corpo de economistas latino-americanos e sendo construída pelo debate acadêmico propositivo. Os trabalhos contribuem para a necessária robustez teórica e filosófica do ND, bem como aplicam a perspectiva no caso real e apontam para propostas de políticas econômicas a serem implementadas pelo Estado, que deve intervir de maneira estratégica e orientada na economia.

Palavras-Chave: Crise Econômica. Desenvolvimentismo. Novo Desenvolvimentismo. Revisão Sistemática.

ABSTRACT

We propose in this research to understand how New Developmentalism (ND) can contribute to overcoming the Brazilian economic crisis, aggravated by the COVID-19 pandemic. The panorama of the contemporary Brazilian economy reveals that in recent years, we have faced successive crises since the 1980s, including hyperinflation, currency crises, stagnant growth, the 2008 global crisis, and the exhaustion of the neoliberal model, imposing on the economy a faltering stop-and-go trajectory. A theoretical framework was built to address the characteristics of classical developmentalism and ND. To understand how ND can offer alternatives, a systematic literature review was conducted. The results revealed that ND is a rising perspective in Brazil, embraced by a body of Latin American economists and being constructed through proactive academic debate. The studies contribute to the necessary theoretical and philosophical robustness of ND, as well as apply the perspective to real cases and propose economic policy measures to be implemented by the State, which should intervene in the economy in a strategic and guided manner.

Keywords: Economic Crisis. Developmentalism. New Developmentalism. Systematic Review.

1 INTRODUÇÃO

A economia brasileira enfrenta estagnação desde os anos 1980 e retrocesso desde 2014. Segundo Bresser-Pereira (2017), a adoção de políticas liberais desde 1990 dificultou o desenvolvimento. Entre 1950 e 1980, a renda per capita cresceu 4,5% ao ano, mas caiu para menos de 1% após esse período, com retração superior a 8% entre 2015 e 2016. Comparativamente, de 1980 a 2014, a renda per capita do Brasil aumentou apenas 1,4 vezes, enquanto a da Tailândia cresceu 4 vezes, da Coreia do Sul 6,3 vezes e da China 17,5 vezes.

O desempenho recente da economia brasileira tem sido instável. Nos anos 2010, houve rápida recuperação pós-crise de 2008, seguida por uma grande recessão devido à queda nos investimentos, causada pelo “esmagamento de lucros” associado à valorização cambial e ao crescimento dos salários acima da produtividade (OREIRO, 2017). A pandemia aumentou a taxa de mortalidade global e acentuou a precarização do trabalho no Brasil. Em 2019, mais de 40% da força de trabalho era informal, impulsionada pelo mercado e pelo discurso em prol do empreendedorismo que favoreceu a uberização (ANTUNES, 2020).

Durante a pandemia, a inflação acumulou 25,28% (IBGE, 2023), e a desvalorização cambial foi acentuada devido à incerteza econômica (FEIJO; NASSIF; ARAÚJO, 2020). No final de 2020, 59% dos domicílios enfrentavam insegurança alimentar, e 15% conviviam com a fome diária, agravada pela instabilidade econômica e política (GALINDO et al., 2021; OLIVEIRA; CECHIN, 2022).

Becerra, Molina e Urrea (2020) observaram que países com sistemas de saúde robustos sofreram menor queda do PIB no segundo trimestre de 2020, destacando a quantidade de leitos como fator-chave. No Brasil, porém, faltou uma coordenação clara de políticas públicas contra a pandemia. Medidas como isolamento social, fechamento de escolas e hospitais de campanha foram conduzidas por estados, municípios e sociedade civil, especialmente após a saída de Luiz Henrique Mandetta do Ministério da Saúde (ORNELAS, 2021). O Estado, durante a crise da pandemia de Covid-19, priorizou o mercado, adotando uma política econômica de corte de gastos e privatizações. Com desemprego em alta, PIB estagnado e piora dos indicadores sociais, o governo Bolsonaro enfrentou dificuldades desde o início da gestão (COSTA; RIZZOTTO; LOBATO, 2021).

O governo Lula III enfrenta obstáculos institucionais devido à predominância de forças neoliberais e conservadoras no parlamento, dificultando a implementação de políticas econômicas alinhadas ao programa governamental. Segundo Sena Júnior, Miguel e Filgueiras (2023), superar esses desafios exige crescimento econômico, geração de empregos e aumento

da renda, fatores essenciais para reduzir a pobreza e a desigualdade. Diante desse cenário, é crucial adotar estratégias para o desenvolvimento econômico. A reversão da desindustrialização torna-se urgente, dado o aumento da dependência externa e a predominância de importação de produtos de média-alta e alta tecnologia (GONDIN; OLIVEIRA, 2020).

Da mesma forma que as empresas precisam de estratégias gerenciais para serem bem-sucedidas em ambientes competitivos e adversos, os estados-nação também precisam definir estratégias de desenvolvimento (BRESSER-PEREIRA, 2016). Nesse contexto, o novo desenvolvimentismo se coloca como conjunto de políticas baseadas em um corpo de conhecimento coerente, bem como uma estratégia competitiva de política econômica (VILLAVÉRDE; REGO, 2019; PAIVA-SILVA, 2020). Para Oreiro (2012), o Novo Desenvolvimentismo, conceito proposto no Brasil por Bresser-Pereira, pode ser definido como um conjunto de reformas institucionais e propostas de políticas econômicas voltadas para que países de renda média alcancem o nível de desenvolvimento das economias avançadas.

O Novo Desenvolvimentismo (ND) integra perspectivas keynesianas e neo-estruturalistas, defendendo que a industrialização latino-americana não solucionou as desigualdades sociais. Propõe, assim, uma transformação produtiva aliada à equidade social, conciliando crescimento sustentável, melhor distribuição de renda e reindustrialização para um futuro mais inclusivo e produtivo (SICSÚ; PAULA; MICHEL, 2007).

Dessa maneira, diante da estagnação econômica apresentada nos últimos anos, agravada pela pandemia de Covid-19, surge a seguinte questão: quais são as propostas da produção acadêmica novo desenvolvimentista para superar as recentes crises econômicas no Brasil? Nesse sentido, este trabalho visa traçar um breve panorama do cenário econômico brasileiro recente e investigar, por meio de uma revisão sistemática de literatura, como o pensamento novo desenvolvimentista pode contribuir para a superação dos problemas econômicos oriundos da recente crise econômica, agravados pela pandemia. A opção por uma revisão sistemática (RS) de literatura possibilita uma busca planejada, explícita e replicável de trabalhos sobre um tema de interesse, tópico claramente definido ou questão de pesquisa (SILVA, 2019), auxiliando na identificação, avaliação e síntese de todas as pesquisas disponíveis e relevantes para uma questão de revisão específica (ROTH, 2022).

Além desta introdução, este artigo apresenta um breve panorama do cenário econômico brasileiro recente, o aprofundamento teórico sobre o desenvolvimentismo e novo desenvolvimentismo no contexto brasileiro, o protocolo metodológico da RS utilizada na

pesquisa, a análise dos dados obtidos na revisão sistemática e a proposição de uma agenda de pesquisa, seguidos das considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Panorama Econômico Brasileiro

O esgotamento do modelo fordista impactou diversas economias, tornando o desemprego um problema estrutural global (GENERARI; ALBUQUERQUE, 2012). Países como EUA, Inglaterra e Japão registraram altas taxas de desemprego nas últimas décadas (ANTUNES, 2013; POCHMANN, 2007; STANDING, 2013). No Brasil, a década de 1980 foi marcada por hiperinflação e estagnação econômica, enquanto os anos 1990 apresentaram desemprego elevado, concentração de renda e endividamento, refletindo os impactos da globalização (POCHMANN, 2007).

Nos primeiros anos da década de 1980, a inflação brasileira se manteve elevada, mesmo durante períodos de recessão, contrariando a Curva de Phillips. A constante disputa entre agentes econômicos para preservar suas rendas perpetuou o processo inflacionário (GREMAUD; TONETO JR; VASCONCELOS, 2017). Após tentativas frustradas de estabilização nas décadas de 1980 e 1990, o Plano Real foi a medida mais eficaz no controle da inflação. Em junho de 1994, a taxa anual de inflação era de 5.150%, caindo para cerca de 10% em 2001 (FERRARI-FILHO; PAULA, 2003).

Embora a estabilização dos preços tenha sido o maior sucesso do Plano Real, seu impacto no crescimento econômico foi limitado. De 1994 a 2001, a taxa média de crescimento do PIB foi de apenas 2,8% ao ano, semelhante à da década de 1980, considerada uma 'década perdida' (FERRARI-FILHO; PAULA, 2003). Alves (2002) divide a economia dos anos 1990 em três fases: (1) 1990-1993, com desestatizações e reformas neoliberais; (2) 1994-1997, com foco na estabilização monetária; e (3) 1997-2000, marcada por crises globais. No início dos anos 2000, houve uma leve recuperação econômica impulsionada pela redução dos juros, substituição de importações e crescimento das exportações.

No primeiro mandato de Lula (2003-2006), manteve-se o tripé macroeconômico adotado desde 1999: metas de inflação, superávit primário e câmbio flutuante. Em 2003, a taxa de desocupação atingiu seu pico, mas a partir de 2004 houve recuperação econômica impulsionada pelo boom das commodities e pelo aumento do consumo das famílias, devido à ampliação do crédito e da renda real (PAULA; PIRES, 2017). No segundo mandato (2007-2010), Lula enfrentou a crise financeira global de 2008, que provocou fuga de capitais,

redução do crédito e retração do PIB (-0,1% em 2009). O governo adotou medidas contracíclicas, possibilitando a recuperação da economia, que cresceu 7,5% em 2010 (PAULA; PIRES, 2017; SIMÕES; ALVES; SILVA, 2016).

O governo Dilma Rousseff (2011-2016) foi impactado pela crise do Euro, a lenta recuperação dos EUA e a desaceleração dos emergentes, reduzindo o crescimento global de 5,1% (2010) para 3,1% (2014) (PAULA; PIRES, 2017). Inicialmente, adotou medidas desenvolvimentistas, incluindo a redução da taxa Selic de 12,5% para 7,25% (PAULA; PIRES, 2017). Apesar da queda no PIB, o desemprego se manteve estável até 2014, começando a subir em 2015 (SIMÕES; ALVES; SILVA, 2016). O governo enfrentou as "Jornadas de Junho de 2013", com demandas por tarifas menores e melhorias em serviços públicos (PINTO et al., 2019). No segundo mandato (2015-2016), uma combinação de crise econômica e instabilidade política levou à recessão de 2015 e 2016 (SIMÕES; ALVES; SILVA, 2016). A frente desenvolvimentista se desarticulou, e a presidente recuou em medidas adotadas anteriormente (PINTO *et al.*, 2019).

Apesar do cenário adverso enfrentado no final do período, marcado pelo impedimento de Dilma Rousseff, Paula, Santos e Moura (2019) afirmam que, em geral, ao analisar os governos de Lula e Dilma, existe certo consenso sobre importantes avanços na redução de desemprego, melhorias na distribuição de renda e um maior acesso aos serviços públicos e equipamentos básicos para os segmentos populacionais de baixa renda.

O breve governo de Michel Temer adotou políticas neoliberais e desmonte desenvolvimentista. Sob Henrique Meirelles, reforçou-se o tripé macroeconômico e aprovou-se a EC95, que limitou os gastos públicos e reduziu a capacidade de investimento estatal. Com Temer, a reforma trabalhista ampliou a terceirização e a precarização. A reforma da previdência foi proposta, mas não votada devido a desgastes políticos. Apesar da agenda neoliberal, o reajuste do salário-mínimo e o Bolsa Família foram mantidos (PRATES; FRITZ; PAULA, 2019).

A crise política e institucional, impulsionada pelo impeachment de Dilma Rousseff, o governo Temer e o 'efeito Joesley', permitiu a ascensão de Jair Bolsonaro (2019-2022) à presidência. Em seu mandato, adotou estratégias para desviar o foco de questões econômicas e sociais, ampliando a instabilidade para consolidar poder, dificultando a retomada da ordem política e institucional (PINTO *et al.*, 2019). Essa agenda orientou a economia para um novo modelo de desenvolvimento, fundamentado em reformas liberalizantes (como a reforma trabalhista e previdenciária) e na reafirmação de políticas econômicas conduzidas de maneira ortodoxa: uma política monetária mais conservadora (sob o pretexto de "ancorar as

expectativas inflacionárias" dos agentes), uma política fiscal contracionista (com a implementação do teto de gastos baseada no argumento da "contração fiscal expansionista"), e uma política cambial mais flexível (inclusive sinalizando uma maior conversibilidade do real) (OREIRO; PAULA, 2019).

Oreiro e Paula (2019) destacam a continuidade da política econômica entre Temer e Bolsonaro, com aprofundamento das medidas ortodoxas e redução do papel do Estado. Bolsonaro manteve a austeridade fiscal mesmo na pandemia, resultando em cortes generalizados. Gastos excepcionais tiveram viés eleitoral. Sua postura de confronto e negacionismo agravou a crise, posicionando a economia brasileira entre as de pior desempenho (CHERNAVSKY, 2022).

Em janeiro de 2023, Luiz Inácio Lula da Silva iniciou seu terceiro mandato enfrentando uma economia estagnada e perspectivas desanimadoras. Desde 2017, o PIB per capita cresceu em média apenas 0,8% ao ano. Lula comprometeu-se a "colocar o pobre no orçamento", ampliando a atuação estatal para impulsionar o desenvolvimento econômico e melhorar as condições dos trabalhadores. No entanto, enfrenta desafios significativos, especialmente na relação com um parlamento dominado por forças de direita e extrema-direita, cujas práticas fisiológicas dificultam mudanças estruturais para a redução da desigualdade social (MOURA; GUEDES, 2023; SENA JÚNIOR; MIGUEL; FILGUEIRAS, 2023; SILVA; MALTA, 2023).

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 Desenvolvimentismo e Novo Desenvolvimentismo

O conceito de desenvolvimentismo está associado às teorias econômicas da CEPAL e historicamente vinculado, no Brasil, aos governos de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek (FONSECA, 2004). Surgido no Reino Unido nos anos 1940 como *development economics*, e na América Latina como estruturalismo latino-americano, o desenvolvimentismo clássico dominou entre 1940 e 1960, definindo o desenvolvimento como mudança estrutural. Seus principais expoentes foram Rosenstein-Rodan, Raúl Prebisch, Arthur Lewis, Albert Hirschman e Celso Furtado, que buscavam estratégias para impulsionar economias periféricas rumo à industrialização e modernização (BRESSER-PEREIRA, 2016).

O desenvolvimentismo que ganhou força no Brasil e em outros países latino-americanos foi mais que um ideário, atuando como guia para ações governamentais. Para Celso Furtado, a industrialização espontânea não resolveria os problemas locais, sendo

necessárias políticas estruturais, industrialização abrangente e reformas agrária e tributária. Já políticas monetárias restritivas deveriam ser evitadas, pois não controlariam a inflação e ainda causariam estagnação econômica (MORAES; GOULARTI FILHO, 2020).

O desenvolvimentismo defende que o desenvolvimento exige uma política consciente e deliberada (FONSECA, 2004). Além do crescimento econômico, requer transformações sociais e políticas. Assim, deve priorizar iniciativas voltadas à igualdade social (BARBOZA; MENDES; CAMPOS, 2021). Para Bresser-Pereira (2016), o desenvolvimentismo é o modo “padrão” de capitalismo, já que este surgiu desenvolvimentista, com o mercantilismo. Bresser-Pereira (2016a, p. 147) diferencia as formas de desenvolvimentismo e os respectivos países:

1) Mercantilismo – foi o primeiro desenvolvimentismo; definiu os países centrais que realizaram originalmente sua revolução industrial e capitalista e foram os primeiros a se tornarem ricos, Inglaterra e França; 2) Bismarquismo – caracterizou a revolução industrial nos países centrais retardatários como a Alemanha e Estados Unidos; os países tornaram-se igualmente ricos; 3) Desenvolvimentismo periférico independente – próprio dos países do Leste Asiático, com base no modelo japonês; esses países adotaram ou completaram ou estão completando o *catching up*, e vários já são ricos e se tornaram parte dos países centrais; 4) Nacional-desenvolvimentismo – caracterizou a revolução industrial e capitalista nos países periféricos nacional-dependentes, ou seja, em países como o Brasil e a Turquia que não lograram superar sua dependência dos países ricos; esses países são hoje países de renda média; 5) Desenvolvimentismo social-democrático ou dos Anos Dourados do Capitalismo – foi o segundo desenvolvimentismo entre países ricos; começou nos Estados Unidos com o *New Deal* e na Europa, depois da guerra; entre o primeiro e o segundo desenvolvimentismo houve um período liberal, que foi relativamente longo nos países centrais de desenvolvimento original e breve nos países centrais de desenvolvimento retardatário.

Para Bielschowsky (1988), o desenvolvimentismo no Brasil é uma ideologia que busca transformar a sociedade por meio de um projeto econômico estruturado. Defende-se que a industrialização integral é essencial para superar o subdesenvolvimento e que a ação do Estado é indispensável, pois o mercado, sozinho, não garantiria uma industrialização eficiente. O planejamento deve definir metas de crescimento, instrumentos para impulsionar setores estratégicos e coordenar investimentos, mobilizando recursos financeiros e promovendo ações em que a iniciativa privada for insuficiente.

Pereira (2011) indica que as origens das formulações teóricas do desenvolvimentismo no Brasil têm origens nas reflexões sobre o processo de industrialização, e reúne quatro principais enfoques: a teoria dos “choques adversos”; a industrialização liderada pela expansão das exportações; o enfoque do “capitalismo tardio”; e a industrialização induzida pelo governo.

A teoria dos choques adversos sustenta que a indústria brasileira surgiu em resposta a dificuldades na importação de produtos industriais. Baseada nos estudos da Cepal, essa teoria argumenta que crises externas, como recessões no setor exportador e guerras, comprometem a economia e dificultam importações. Como reação, políticas expansionistas estimulam a demanda por produtos internos, favorecendo a industrialização doméstica (GREMAUD; VASCONCELOS; TONETO JÚNIOR, 2017; PEREIRA, 2011).

O enfoque da industrialização via exportações destacou a relação direta entre o desempenho exportador e o industrial. Segundo essa corrente, a indústria cresceu em fases de expansão das exportações e retraiu em crises do setor. Em contraponto à teoria dos choques adversos, Celso Furtado e Maria da Conceição Tavares analisaram essa dinâmica. Warren Dean (1971) argumentou que o Estado teve papel limitado nesse processo, sendo os importadores e “burgueses imigrantes” responsáveis por introduzir novas técnicas e capital produtivo (DEAN, 1971; PEREIRA, 2011).

O enfoque do capitalismo tardio busca explicar a origem do capital industrial no Brasil e sua relação com a dependência econômica. O capitalismo brasileiro foi considerado "tardio" porque, embora a economia cafeeira incentivasse a industrialização, também impunha limites a seu crescimento. Assim, a acumulação do capital industrial dependia do setor exportador e da acumulação de capital dos países centrais dentro da divisão internacional do trabalho (MELLO, 1998; PEREIRA, 2011; TAVARES, 1977).

A teoria da Industrialização Induzida pelo Governo relaciona a industrialização a políticas estatais deliberadas, como proteção tarifária e subsídios. No entanto, é amplamente contestada por estudiosos da transição do modelo primário-exportador para o de substituição de importações. Embora existam exemplos de incentivos governamentais que favoreceram a industrialização, não há evidências de uma política sistemática nesse sentido (PEREIRA, 2011)

Apesar de contar com grandes intelectuais latino-americanos, o desenvolvimentismo clássico entrou em crise no final dos anos 1960, com o surgimento da teoria da dependência, uma reação aos golpes civis-militares na América Latina. Segundo Bresser-Pereira (2010), essa teoria negava a existência de uma burguesia nacional capaz de liderar uma revolução burguesa. A vertente da dependência associada defendia a subordinação dos países subdesenvolvidos às potências imperiais. A crise do desenvolvimentismo clássico se aprofundou nos anos 1970, quando a teoria econômica neoclássica voltou a predominar nas universidades, substituindo a análise estruturalista por modelos de crescimento a-históricos.

A partir da década de 1980, o pensamento neoclássico e a ideologia neoliberal se consolidaram como dominantes. Hirschman (1981) descreveu esse período como o “epitáfio” do desenvolvimentismo clássico. O projeto de industrialização passou a ser visto como secundário para o crescimento econômico e foi progressivamente abandonado nos anos 1990, substituído por reformas neoliberais em quase toda a periferia do capitalismo, exceto no Leste Asiático e na Índia. A nova ordem priorizou desnacionalização, privatização e desregulamentação (BRESSER-PEREIRA, 2016).

Na década de 1990, a crise no Brasil e em outros países latino-americanos abriu caminho para a onda neoliberal. Assim, a América Latina abandonou o desenvolvimentismo e adotou a crença de que os mercados se autorregulam e garantem crescimento, ignorando que só funcionam bem quando são competitivos (BRESSER-PEREIRA, 2019a). Essa negligência fez com que elites desconsiderassem a necessidade de um projeto nacional de desenvolvimento para o crescimento econômico (BRESSER-PEREIRA, 2022a).

Desafiando a hegemonia liberal, a teoria novo desenvolvimentista surge no Brasil nos anos 2000. Inicialmente focada na macroeconomia do desenvolvimento, a partir de 2010 também se consolida como uma economia política voltada ao estudo do capitalismo e do Estado desenvolvimentista (BRESSER-PEREIRA, 2022b).

A ótica do ND atribui a quase-estagnação do Brasil e da América Latina nos anos 1990 a três políticas econômicas e uma omissão governamental: (a) a liberalização comercial, que enfraqueceu a capacidade de neutralizar a doença holandesa via tarifas e subsídios; (b) a liberalização financeira, que restringiu a autonomia da política cambial; e (c) a elevação das taxas de juros como ferramenta monetária. A omissão foi o abandono do investimento público dificultou a recuperação da poupança pública, já deteriorada desde os anos 1980 (BRESSER-PEREIRA, 2022a).

O ND busca compreender o papel do Estado e das coalizões de classes no desenvolvimento, analisando as formas que o capitalismo assumiu desde o século XVI. Como teoria histórico-dedutiva, considera a imprevisibilidade do comportamento humano e investiga como países periféricos iniciaram seu desenvolvimento econômico após a Segunda Guerra Mundial (BRESSER-PEREIRA, 2016). Sua estratégia de crescimento defende um modelo *export-led*, no qual a ampliação das exportações manufatureiras impulsiona a acumulação de capital e a inovação tecnológica (OREIRO, 2012).

O ND supera o modelo clássico ao integrar macroeconomia e desenvolvimento econômico, enfatizando a taxa de câmbio competitiva como chave para crescimento e industrialização. Critica a dependência da poupança externa e o desenvolvimento focado em

commodities, que podem gerar apreciação cambial e estagnação. Além disso, sugere neutralizar a "doença holandesa" e alinhar políticas industrial, fiscal e cambial para garantir um crescimento sustentável e *catching up* econômico (NASSIF, 2024).

Ao divergir do método hipotético-dedutivo da teoria econômica neoclássica e do modelo de equilíbrio geral, o ND rejeita a ideia de autorregulação de mercados. Ele defende a existência de sistemas econômicos nacionais e um sistema econômico mundial em formação, regulados pelo Estado e pelo mercado, sendo este último também controlado pelo Estado (BRESSER-PEREIRA, 2016).

Gonçalves (2012, p. 639), ao tecer críticas a esse novo movimento, levanta alguns argumentos:

(i) o ND, como formulação teórica, é muito distinto da concepção nacional-desenvolvimentista, seja a original formulada e implementada em países como Estados Unidos e Alemanha, seja a cópia latino-americana;

(ii) o ND tem convergências com o Consenso de Washington e o Pós-Consenso de Washington;

(iii) o ND é apresentado como um “programa alternativo ao projeto monetarista neoliberal”, contudo incorpora elementos que estão presentes na concepção liberal de desenvolvimento.

Em harmonia com Gonçalves (2012), Sampaio Jr. (2012) critica a pretensão do “neodesenvolvimentismo” de pleitear a continuidade do desenvolvimentismo. Para o autor, as duas vertentes do pensamento econômico correspondem a épocas históricas distintas e representam espectros ideológicos opostos. Sampaio Jr. (2012) complementa que, ao identificar a realidade da economia brasileira contemporânea com o desenvolvimento capitalista virtuoso, o novo desenvolvimentista revela-se como uma apologia do poder.

Bresser-Pereira respondeu às críticas ao ND, contrapondo-o tanto ao Consenso de Washington quanto ao antigo desenvolvimentismo. Em 2010, um encontro com 80 economistas do desenvolvimento resultou na aprovação das "Dez Teses sobre o Novo Desenvolvimentismo" (BRESSER-PEREIRA; THEUER, 2012; AGOSIN, 2012). Esse movimento consolidou-se como uma alternativa ao modelo liberal e ao desenvolvimentismo clássico, estruturando-se como um conjunto de ideias e normas compartilhadas (BRESSER-PEREIRA; THEUER, 2012).

A seguir são apresentadas as dez teses do ND, que revelam seus contrastes com o antigo desenvolvimentismo e a ortodoxia liberal, bem como suas diferenças entre suas políticas econômicas e as teorias econômicas em que se baseiam.

Quadro 1 – Dez teses do novo desenvolvimentismo

Dez teses do novo desenvolvimentismo	
1	O desenvolvimento é um processo estrutural que utiliza recursos internos para maximizar a acumulação de capital de forma sustentável, incorporando progresso técnico. Seu objetivo central é garantir pleno emprego e realocar mão de obra para indústrias de maior valor agregado e melhores salários.
2	Os mercados são essenciais, mas o Estado tem um papel estratégico ao fornecer um quadro institucional que direcione recursos domésticos para setores de alto valor agregado. Isso inclui medidas para corrigir desequilíbrios estruturais e fortalecer a competitividade internacional.
3	No contexto da globalização, o desenvolvimento econômico exige uma estratégia nacional que aproveite oportunidades globais, minimize barreiras à inovação impostas por regimes de propriedade intelectual rígidos, garanta estabilidade financeira e estimule investimentos para empreendedores privados.
4	Embora o lado schumpeteriano do desenvolvimento e a política industrial sejam importantes, o principal obstáculo ao crescimento está na demanda. Desde Keynes, sabe-se que a oferta não gera demanda automaticamente. Nos países em desenvolvimento, dois fatores estruturais agravam essa limitação: o aumento dos salários abaixo da produtividade e a supervalorização crônica da taxa de câmbio real ou nominal.
5	A elevação dos salários abaixo da produtividade decorre da abundante oferta de mão de obra e da economia política do mercado de trabalho. Essa tendência concentra renda nas classes altas e pode prejudicar a produtividade a longo prazo. Medidas como salário-mínimo, transferências de renda e garantia de emprego podem mitigar esse efeito. Já a supervalorização crônica da moeda, embora aumente o poder de compra, não é uma solução sustentável.
6	A supervalorização da taxa de câmbio nos países em desenvolvimento decorre da alta dependência da poupança externa, tornando-a volátil e favorecendo crises cambiais recorrentes. Isso reduz as oportunidades de investimentos voltados à exportação, pois a moeda sobrevalorizada compromete a competitividade internacional, mesmo das empresas mais eficientes.
7	A doença holandesa é uma sobrevalorização persistente da moeda nacional, resultante da exportação de commodities ou mão de obra barata, dificultando o crescimento de outras indústrias. Isso ocorre devido à diferença entre a taxa de câmbio de equilíbrio da conta corrente e a taxa de câmbio de equilíbrio industrial, essencial para garantir competitividade às indústrias avançadas.
8	O desenvolvimento econômico deve ser financiado prioritariamente com a poupança interna. Para isso, é essencial criar instituições financeiras públicas que otimizem o uso dos recursos internos, incluindo mão de obra, inovação e investimentos. O uso da poupança externa via déficit em conta corrente, ao contrário do que propõe a economia ortodoxa, não eleva significativamente o investimento, mas sim o endividamento interno e a instabilidade financeira. Estratégias baseadas nessa dependência frequentemente resultam em crises na balança de pagamentos ou monetárias.
9	Para garantir uma estrutura adequada ao desenvolvimento, o governo deve manter uma relação estável entre a dívida pública e o PIB, além de assegurar uma taxa de câmbio real que minimize os impactos da doença holandesa na indústria manufatureira.
10	Para alcançar o desenvolvimento de longo prazo, as políticas econômicas devem buscar o pleno emprego como seu objetivo principal, garantindo ao mesmo tempo estabilidade de preços e financeira.

Fonte: adaptado de AGOSIN (2012).

É possível perceber no quadro 1 que o ND coloca um enfoque especial no estabelecimento de uma taxa de câmbio competitiva. Atualmente, a corrente novo desenvolvimentista entende que na economia brasileira a taxa de câmbio vem sendo

ciclicamente apreciada, em um movimento de depreciação nas crises, seguidos por momentos persistentes de apreciação (BRESSER-PEREIRA, 2022a).

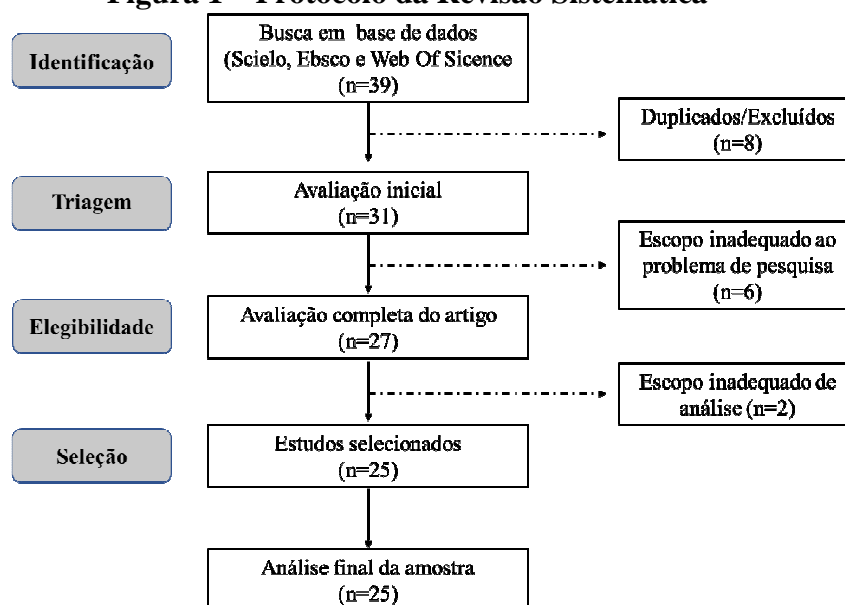
Desta maneira, podemos perceber que a corrente ND se mostra como uma alternativa aos modelos econômicos dominantes, pois objetiva aliar o desenvolvimento econômico juntamente com a melhoria das condições sociais e diminuição das desigualdades. Na próxima seção é apresentado a revisão sistemática e as principais contribuições novo desenvolvimentistas para uma agenda de superação da crise econômica atual.

3.2 Novo Desenvolvimentismo e suas Contribuições: Revisão Sistemática

Para compreender as contribuições da literatura novo desenvolvimentista ao cenário econômico atual, foi realizada uma revisão sistemática seguindo os protocolos PRISMA (MOHER et al., 2009), que orientam a identificação, triagem e seleção dos artigos. Foram consultadas as bases de dados Scielo, Ebsco e Web of Science, utilizando os termos “(NOVO-DESENVOLVIMENTISMO” OU “NOVO DESENVOLVIMENTISMO)” E “(AGENDA” OU “POLÍTICA ECONÔMICA)” e seus equivalentes em inglês, aplicados a títulos, resumos e palavras-chave. A busca, realizada em dezembro de 2024, retornou 39 artigos: 27 na Ebsco, 6 na Web of Science e 6 na Scielo. Na triagem, os artigos foram organizados em uma planilha Excel, registrando autores, ano, título, revista, resumo e palavras-chave, permitindo uma revisão geral e exclusão de duplicatas (VILLEGAS, 2003).

Na etapa de identificação dos trabalhos, 8 artigos duplicados em duas ou mais bases foram retirados, totalizando 31 artigos para a etapa de triagem. Para a triagem dos artigos, os conteúdos dos resumos e palavras-chaves foram analisados, e os critérios foram: quanto ao tipo de estudo - aqueles que relacionam ótica novo desenvolvimentista e a proposição de políticas e agendas econômicas, sejam teóricos ou empíricos, publicados em revistas científicas; recorte temporal e idioma – não houve recorte temporal e os artigos deveriam ter como idioma o português, espanhol ou inglês.

Após a triagem, 4 artigos foram excluídos por não atenderem aos critérios da pesquisa, seja por serem exclusivamente teóricos sem ligação com políticas econômicas, seja por apenas criticarem o ND sem apresentar propostas alinhadas à sua ótica. Na fase de elegibilidade, 27 artigos passaram por uma análise detalhada de títulos, resumos, palavras-chave, introdução, conclusão e referências. Ao final, 25 foram selecionados por melhor se alinharem ao problema definido. O fluxo sistemático está ilustrado na figura 1.

Figura 1 – Protocolo da Revisão Sistemática

Fonte: elaborado pelos autores

Nesta seção apresentaremos os resultados dos 25 artigos selecionados da RS. Inicialmente, os trabalhos foram colocados em ordem cronológica de publicação e foram classificados em teóricos ou empíricos. A síntese destes dados pode ser observada na tabela 1.

Tabela 1 – Ano de publicação e tipos de artigo

Ano	2013	2014	2016	2018	2019	2020	2022	2023	2024	Total
Tipo										
Teórico	1	1	1	5	3	5	1	3	1	21
Empírico	1	0	0	1	0	0	0	1	1	4

Fonte: elaborado pelos autores

Como é possível observar, grande parte dos trabalhos novo desenvolvimentistas é teórico. Isso pode estar relacionado com a trajetória histórica de sua formulação, pois, por ser uma perspectiva recente e em construção, percebemos que grande parte desses trabalhos ainda se ocupa em robustecer e preencher algumas lacunas teóricas do novo desenvolvimentismo. Podemos observar também que é a partir de 2018 que o número de trabalhos publicados tem um aumento acentuado.

Conforme sugerido por Costa *et al.* (2015), optamos por avaliar a qualidade dos trabalhos retornados na busca pelo conceito Qualis Periódicos referente ao quadriênio 2017-2020. Esta opção levou em consideração que este é o critério mais utilizado para a avaliação da qualidade da produção acadêmica nacional junto à CAPES.

Tabela 2 – Quantidade de artigos e Qualis

	Nacionais	Internacionais
Revistas	Brazilian Journal of Political Economy / Revista de Economia Política (A1 – 17 artigos)	Investigación Económica (A2 – 1 artigo)
	Cadernos de Gestão Pública e Cidadania (A3 – 2 artigos)	Problemas del Desarrollo (A1 – 1 artigo)
	Contexto Internacional (A1 – 1 artigo)	Third world quarterly (A1 – 1 artigo)
	Espaço de Diálogo e de Desconexão (B2 – 1 artigo)	
	Economia e Sociedad (A2 – 1 artigo)	

Fonte: elaborado pelos autores

Ao observarmos a tabela 2, podemos concluir que grande parte dos estudos foram publicados em revista nacionais, tendo a *Brazilian Journal of Political Economy*/Revista de Economia Política reunido a maioria das publicações. Esta revista desponta como um meio de divulgação das ideias novo desenvolvimentistas e pode ser considerada um periódico de impacto, obtendo um índice H de 21 (BRAZILIAN JOURNAL OF POLITICAL ECONOMY, 2023). As revistas internacionais foram a *Investigación Económica*; *Problemas Del Desarrollo*; e *Third world quarterly*. Esses dados apontam que, por ser uma formulação teórica predominantemente nacional, as publicações se concentram nos periódicos locais. Isso se relaciona com os autores destes trabalhos, tendo na figura de Bresser-Pereira um dos pioneiros na divulgação das ideias novo desenvolvimentistas. Isso pode ser observado na tabela 3.

Tabela 3 – Autores com mais publicações na RS

Autor	Filiação	Publicações
Luiz Carlos Bresser-Pereira	FGV/ EAESP	4
Marcelo Curado	UFPR	2
Walid Tijerina	Universidad Autónoma de Nuevo León	2

Fonte: elaborado pelos autores

A tabela 3 revela que Bresser-Pereira, Marcelo Curado e Walid Tijerina são os autores com mais trabalhos em autoria ou coautoria na RS, reunindo 8 dos 25 trabalhos analisados. Os artigos restantes representam um autor/coautor por artigo. Ao analisarmos as palavras-chave dos trabalhos, podemos ter uma ideia inicial dos temas e conteúdos tratados. Foi construída uma nuvem de palavras com base nas palavras-chave, que pode ser observada na figura 2.

N	Artigo	Autor/ Ano	Contribuições
4	Reflexões sobre o Novo Desenvolvimentismo e o Desenvolvimentismo Clássico.	BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos (2016b)	O autor argumenta que o projeto do ND é um sistema abrangente de teorias e políticas econômicas e sociais que tem por objetivo compreender como os países em desenvolvimento crescem e os desafios que enfrentam. Se traduz em um esforço para oferecer aos países de renda média, políticas competentes. Sendo assim um desenvolvimentismo "social" que busca combinar o crescimento com uma redução da desigualdade.
5	O mito da leniência fiscal no pensamento econômico desenvolvimentista	CURADO, Marcelo; FERNÁNDEZ, Virginia Laura (2018)	Os autores refutam a tese de que, para os desenvolvimentistas, os desequilíbrios fiscais não eram apenas aceitáveis, mas sim parte crucial do financiamento dos investimentos. Os autores argumentam que, tanto o ND quanto o social desenvolvimentismos não podem ser acusados de serem defensores de desequilíbrios fiscais crônicos como mecanismo de financiamento do desenvolvimento.
6	Desarrollismo subnacional para el nuevo siglo	TIJERINA, Walid (2018)	O trabalho analisa as políticas econômicas subnacionais no México e argumenta que, embora o governo Federal tenha praticado políticas neoliberais, os estados subnacionais que adotaram uma política ND, juntamente com a adoção clusters, obtiveram sucesso em seu desempenho econômico.
7	Developmental macroeconomics: a post-keynesian assessment	RESENDE, Marco Flávio; TERRA, Fábio Henrique (2018)	Os autores entendem que o ND é uma agenda positiva que pode se transformar em uma escola de pensamento econômico dedicada não apenas a contemplar porque os países em desenvolvimento que enfrentam o problema da doença holandesa têm um limite para alcançar o status de país desenvolvido, mas também promover esse desenvolvimento. Para concluir, o ND está em ascensão e seria bom para a Economia do Desenvolvimento que a tendência recente do ND continuasse, tornando-se uma escola de pensamento para os países em desenvolvimento.
8	Financial flows and the New Developmentalism	CARVALHO, Fernando Cardim (2018)	O autor entende que, do ponto de vista keynesiano, o ND ganharia densidade teórica se atentasse mais a algumas das variáveis financeiras autônomas que atuam no processo de determinação das taxas de câmbio. Estender o modelo para considerar plenamente as entradas e saídas financeiras fortaleceria o que agora parece resultar mais de uma intuição do que de uma implicação da teoria: a necessidade de controles de fluxos de capital.
9	Reflections on the old and new developmentalism	KREGEL, Jan (2018)	O ND desloca a preocupação com a manufatura e as taxas de câmbio apropriadas para o problema abrangente de fornecer emprego em face do aumento da produtividade e da desigualdade de renda. Neste sentido, são necessárias medidas positivas para desenvolver instituições financeiras domésticas, bem como medidas para limitar ou eliminar o capital estrangeiro, que é o verdadeiro vírus que gera a doença holandesa nos países em desenvolvimento.
10	Crossing boundaries: an assessment to the influence of post-Keynesianism on developmental macroeconomics	SILVA, Victor Cruz; CURADO, Marcelo (2018)	Os autores apontam as similaridades entre o pós-keynesianismo e a macroeconomia desenvolvimentista (em que se baseia o ND), e concluem que o pós-keynesianismo teve uma influência crucial na formação da macroeconomia desenvolvimentista e, conseqüentemente, na nova estratégia desenvolvimentista. Os autores entendem que a macroeconomia do desenvolvimento tem um corpo teórico mais definido, mas ainda carece de consolidação.

N	Artigo	Autor/ Ano	Contribuições
11	Do desenvolvimentismo clássico e da macroeconomia pós-keynesiana ao novo desenvolvimentismo	BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos (2019b)	O autor diferencia o ND do desenvolvimentismo clássico e da economia pós-keynesiana. Entende que a economia ND tem papel ativo nos cinco preços macroeconômicos (as taxas de juro, de câmbio, salarial, de lucro e de inflação), foco na taxa de câmbio e na conta corrente, demanda nova teoria de determinação da taxa de câmbio e critica a política de crescimento com poupança externa.
12	O Novo Desenvolvimentismo e o desafio de 2019: superar a estagnação estrutural da economia brasileira.	VILLAVERDE, João; REGO, José Márcio (2019)	Os autores defendem que o ND se coloca como uma alternativa de política econômica para o período pós 2018. Para isso é necessário dissociar da estratégia fracassada aplicada no governo Dilma Rousseff entre 2011 e 2014, chamada de “Nova Matriz Econômica”, do ND. É preciso também diálogo para a formação de um consenso para a fase pós-2018. Concluem que, como escola de pensamento em formação, o ND deve estar aberto à discussão e não servir como meio de polarização do debate econômico.
13	Multilateral development banks, new developmentalism and local currency financing.	BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; BECHELAINE, Cinthia (2019)	Os autores argumentam contra o financiamento externo em detrimento da poupança interna, já que a poupança externa tende a produzir déficits em conta corrente, tornando-se um ciclo vicioso. Porém, como os países em desenvolvimento possuem baixas condições de financiamento, a melhor opção é o financiamento em moeda local por Bancos Multilaterais de Desenvolvimento, possibilitando a implementação da agenda ND.
14	The Economics of New Developmentalism	SCHWARTZ, Gilson (2020)	O trabalho relaciona o ND com a perspectiva econômica. Para o autor deve haver um investimento maciço no novo modelo industrial que está surgindo com a digitalização, isso levará a novas políticas industriais públicas, bem como a necessidade de repensar todas as outras políticas (educacional, fiscal, familiar e intergeracional, ou seja, políticas sociais, políticas de saúde, políticas de planejamento regional etc.).
15	Pragmatism as a pillar of the New Developmentalism	PAIVA-SILVA, João (2020)	Para o autor, o ND desenvolveu um corpo de conhecimento forte e bem fundamentado, mas ainda carece de uma base filosófica robusta que ajude em sua disseminação. O neoliberalismo, pelo contrário, possui uma filosofia internamente inconsistente, mas altamente plástica e convincente (especialmente quando analisada superficialmente). Defende que metafísica vebleniana pode fornecer uma base moral para legitimar certas políticas do ND, preenchendo a lacuna filosófica.
16	The New Developmentalism and productive sophistication	MORAES, Isaías Albertin; IBRAHIM, Hermano Caixeta (2020)	Defendem que o conceito de sofisticação produtiva é essencial para o sucesso e a sustentabilidade de uma estratégia de investimento e crescimento liderado pelas exportações. Os autores defendem que o ND possui um arcabouço teórico relativamente consolidado na questão macroeconômica, mas uma visão abstrata na política de sofisticação produtiva. A literatura neoschumpeteriana e institucionalista, assim como os estudos em Economia Criativa e Economia Solidária, podem ser uma forma de auxiliar o Novo Desenvolvimentismo na elaboração de uma política pública visando à sofisticação produtiva.

N	Artigo	Autor/ Ano	Contribuições
17	Chinese industrialization from the New-Developmental perspective	MILARÉ, Luís Felipe (2020)	O autor aborda a industrialização chinesa sob a luz do ND. Foi observado que a China manteve os cinco preços macroeconômicos corretos, exatamente o que propõe o ND. A taxa de inflação foi baixa em quase todo o período analisado; a taxa de juros real manteve-se em torno de 2% ao ano; a taxa de câmbio foi mantida depreciada em relação ao mercado livre como forma de garantir que as empresas instaladas no país fossem competitivas internacionalmente.
18	Developmentalism as a comparative-historical model: From Friedrich List to Bresser-Pereira	TIJERINA, Walid (2020)	Ao autor entende que o ND parece particularmente adequado para responder ao chamado dos países de renda média da América Latina que estão tentando acionar suas capacidades industriais, aumentar seus salários e escapar da persistente armadilha da renda média. Assim, O ND é um marco analítico essencial para a busca da América Latina pela superação de termos de troca prejudiciais dentro da atual configuração do comércio internacional.
19	An ecological view of New Developmentalism: a proposal of integration	GUARINI, Giulio; OREIRO, José Luis (2022)	Os autores propõem a integração de algumas questões da macroeconomia ecológica dentro do ND e argumentam que essa integração pode promover uma estratégia nacional de ecodesenvolvimento onde se renova o papel do Estado como impulsionador de inovações e de coordenação de políticas; uma coalizão de classe ecodesenvolvimentista que relança um “novo acordo verde” entre empresas e trabalhadores para investimentos verdes e consumo verde; e uma estratégia internacional de ecodesenvolvimento capaz de construir uma nova divisão internacional do trabalho fundada na sustentabilidade.
20	New steps in the construction of New Developmentalism	BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos (2023)	O autor aponta para novos passos na construção do Novo Desenvolvimentismo: a existência de políticas de conta-corrente, a política de crescimento com déficit em conta-corrente, além dos equilíbrios corrente e industrial, o equilíbrio com déficit em conta corrente, e a doença holandesa estendida. Discute uma nova forma de neutralizar a doença holandesa por meio de tarifas de importação e subsídios à exportação de produtos manufaturados.
21	The real exchange rate matters, but why? A new developmentalist assessment	IASCO-PEREIRA, Hugo; MISSIO, Fabrício (2023)	Os autores discutem como a taxa de câmbio real influencia o crescimento sob a luz do ND e das experiências contrastantes dos países asiáticos e latino-americanos. A sua principal contribuição é documentar a influência da taxa de câmbio real no desempenho econômico, especificamente através de determinados canais de transmissão. As conclusões do artigo sugerem que uma TCR competitiva é um aspecto importante na trajetória de crescimento de um país, na medida em que favorece os lucros, a acumulação de capital, as exportações líquidas e os ganhos em capacidades sociais.
22	Revisiting neoliberalism and new developmentalism: lessons from Turkey and Argentina	GUNGEN, Bozkurt (2023)	O artigo fornece algumas orientações através das quais podemos diferenciar entre estratégias novo-desenvolvimentistas e neoliberais. Ao comparar as políticas implementadas na Turquia e Argentina, o autor aponta que, na Argentina, uma nova estratégia desenvolvimentista levou os governos a implementar políticas fiscais progressivas, a melhorar a segurança no emprego e os salários e a fornecer apoio ao consumo. Além disso, na Argentina as classes trabalhadoras foram incorporadas coletivamente no novo projeto desenvolvimentista.

N	Artigo	Autor/ Ano	Contribuições
23	Thirlwall's law and new developmentalism: what are the limits for long-run growth?	OREIRO, José Luis (2023)	O autor demonstra que o ND não é incompatível com os modelos de crescimento restritos pelo balanço de pagamentos cunhados pelo Professor Anthony Thirlwall. Pelo contrário, o ND se baseia nesse modelo para desenvolver uma teoria de desenvolvimento mais geral, capaz de explicar a desindustrialização prematura e, assim, os limites de longo prazo ao crescimento econômico de economias duais de renda média, mais precisamente para explicar a chamada "armadilha da renda média"
24	Novo Desenvolvimentismo e desigualdades: notas sobre a visão de Bresser-Pereira	FELIX, Jorge (2024)	O autor argumenta que, embora o Novo Desenvolvimentismo tenha avançado na formulação de estratégias macroeconômicas para o crescimento sustentado, ele ainda carece de uma abordagem mais estruturada para lidar com as desigualdades sociais. Nesse sentido, o estudo propõe a necessidade de integrar políticas sociais mais robustas à teoria, ampliando seu escopo para além das preocupações estritamente econômicas. Ao fazer isso, o trabalho contribui para o aprofundamento do debate sobre a compatibilidade entre crescimento econômico e redução da desigualdade, sugerindo caminhos para uma maior articulação entre desenvolvimento e justiça social.
25	Oferta de crédito e o recente crescimento do Brasil	FIOCCA, Demian (2024)	O artigo contribui para o debate sobre o papel do crédito na dinâmica econômica do Brasil ao analisar empiricamente a relação entre a expansão do crédito e o crescimento econômico no período de 2004 a 2013. Entre suas principais contribuições, destaca-se a demonstração do efeito anticíclico dos bancos públicos, que atuaram como estabilizadores do crédito total, especialmente em momentos de retração do crédito privado. Além disso, o estudo evidencia como a ampliação da oferta de crédito contribuiu para o crescimento econômico recente, considerando fatores como o aumento do consumo das famílias e o impacto sobre a atividade produtiva. A análise reforça a relevância da política de crédito como ferramenta de desenvolvimento econômico e estabilidade financeira no Brasil.

Fonte: elaborado pelos autores

Os trabalhos analisados contêm uma série contribuições teóricas e práticas para a teoria novo desenvolvimentista. Ao visar os países em desenvolvimento e ter sua base construída por economistas nacionais e latino-americanos, esta ótica se alinha às demandas na economia brasileira contemporânea. Estamos em um momento no qual se faz necessário uma ampla frente de economistas que possam pensar alternativas para a economia nacional. E isso se torna mais urgente com o agravamento provocado pela pandemia de COVID-19, pela falência das políticas neoliberais implementadas nos últimos anos e pelo novo ciclo governamental que se iniciou em 2023.

A seguir sintetizamos algumas propostas do ND encontradas nos artigos para a superação da crise atual:

- Desenvolver instituições financeiras domésticas, bem como medidas para limitar ou eliminar o capital estrangeiro;
- Combater a doença holandesa;
- Ter papel ativo nos cinco preços macroeconômicos (as taxas de juros, de câmbio, salarial, de lucro e de inflação);
- Estabelecer um diálogo para a formação de consenso no período pós-2018;
- Evitar o financiamento via poupança externa e optar por financiamento em moeda local por Bancos Multilaterais de Desenvolvimento;
- Elaborar uma política pública visando à sofisticação produtiva;
- Integrar algumas questões da macroeconomia ecológica dentro do ND.

Além das propostas explicitadas, os artigos dão pistas para elementos complementares que podem fortalecer a agenda do ND no contexto brasileiro. Entre eles, destacam-se políticas de reindustrialização com foco na inovação, uma reforma tributária progressiva, a ampliação do financiamento ao setor produtivo, o fortalecimento do mercado interno por meio de políticas salariais, a inserção estratégica do Brasil na economia global e o compromisso com um modelo de desenvolvimento sustentável. A inclusão desses elementos pode contribuir para consolidar um projeto nacional de crescimento econômico baseado na valorização da indústria, na justiça social e na sustentabilidade ambiental.

Diante desse conjunto de propostas, torna-se evidente que o atual cenário econômico e social brasileiro exige uma abordagem estratégica e fundamentada para a (re)elaboração de políticas públicas capazes de responder às novas demandas do mundo pós-pandêmico. Nesse contexto, o ND se apresenta como uma alternativa econômica robusta, indo além das diretrizes da teoria econômica dominante ao oferecer um caminho viável para os países em desenvolvimento. Assim como o desenvolvimentismo cepalino emergiu em um momento de grandes desafios para a América Latina, os artigos indicam que o ND se consolida como uma abordagem comprometida com a formulação de um pensamento econômico ajustado às particularidades do Brasil, promovendo soluções que conciliem as demandas da realidade nacional com as dinâmicas do cenário global contemporâneo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Propomos nesta pesquisa entender como o ND pode contribuir para a superação da crise econômica brasileira, agravada pela pandemia de COVID-19. O panorama da economia brasileira contemporânea revelou que, nos últimos anos, enfrentamos sucessivas crises desde

a década de 1980, com hiperinflação, crises cambiais, estagnação de crescimento, crise mundial de 2008 e esgotamento do modelo neoliberal, impondo à economia uma trajetória claudicante, do tipo *stop-and-go*.

Já conscientes dos problemas do desenvolvimento latino-americano, os economistas cepalinos, como Celso Furtado e Raúl Prebisch, defenderam a participação do Estado na industrialização como instrumento de combate à pobreza e como alvo de políticas e planejamento econômico. Tanto Celso Furtado quanto Raúl Prebisch contribuíram significativamente para a compreensão dos desafios econômicos enfrentados pelos países em desenvolvimento e para a formulação de políticas voltadas para o crescimento e a redução das desigualdades. Suas ideias continuam influenciando o pensamento econômico e as discussões sobre desenvolvimento.

Nesta esteira, surge o ND, tendo como figura central Luiz Bresser-Pereira como protagonista do processo de desenvolvimento brasileiro. Avançando como alternativa para as economias em desenvolvimento, o ND propõe reformas institucionais e políticas econômicas que criem caminhos para as nações de desenvolvimento médio alcançar o nível de renda per capita dos países desenvolvidos. O ND defende a promoção da indústria nacional, a política industrial atuante, a busca de diversificação produtiva, a atuação do Estado na economia, a redução das desigualdades sociais e a inserção internacional.

Ao analisar os trabalhos ND obtidos pela RS, podemos concluir que esta é uma perspectiva em desenvolvimento no Brasil, abraçada por um corpo de economistas latino-americanos e sendo construída pelo debate acadêmico propositivo. Os trabalhos apontam e contribuem para a necessária robustez teórica e filosófica do ND, bem como aplicam a perspectiva no caso real e apontam para propostas de políticas econômicas a serem implementadas pelo Estado, que deve intervir de maneira moderada na economia.

Como propostas para futuros trabalhos, entendemos que o ND deve avançar em trabalhos empíricos, que ainda são minoria, conforme visto na RS. Sugerimos que as recentes implementações econômicas executadas pelo governo Lula (2023 – atual) sejam analisadas sob o viés do ND. A aplicação do ND no caso real ajudará o fomento sobre o debate político econômico e a disseminação e aceitação desta perspectiva pela comunidade acadêmica.

REFERÊNCIAS

AGOSIN, M. Ten theses on new developmentalism. **Revista de Economia Política**, v. 32, n. 2, p. 336–338, jun. 2012.

ALVES, G. Trabalho e sindicalismo no Brasil: um balanço crítico da “década neoliberal” (1990-2000). **Revista de Sociologia e Política**, n. 19, p. 71–94, 1 nov. 2002.

ANTUNES, R. **Coronavírus: Trabalho Sob Fogo Cruzado**. São Paulo: BOITEMPO, 2020.

ANTUNES, R. A corrosão do trabalho e a precarização estrutural. In: **AVESSO DO TRABALHO III: saúde do trabalhador e questões contemporâneas**. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

BALTAR, R. O novo desenvolvimentismo e a integração comercial internacional: Uma revisão sobre os conceitos de centro e periferia. **REDD – Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**, v. 6, n. 2, 2013.

BARBOZA, S.; MENDES, J.; CAMPOS, H. Estado, desenvolvimento e panorama social na América Latina. **Revista Catarinense de Economia**, v. 4, n. 2, p. 115–138, 12 set. 2021.

BECERRA, L.; MOLINA, M.; URREA, I. L. ¿Economía o salud? Un análisis global de la pandemia de COVID-19. **Revista de Economía Institucional**, v. 23, n. 44, p. 171–194, 14 dez. 2020.

BIELSCHOWSKY, R. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. [s.l.] Inpes, 1988.

Brazilian Journal of Political Economy. Disponível em: <<https://www.scimagojr.com/journalsearch.php?q=5800169372&tip=sid&exact=no>>. Acesso em: 9 mar. 2023.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Reflexões sobre o Novo Desenvolvimentismo e o Desenvolvimentismo Clássico. **Revista de Economia Política**, v. 36, n. 2, p. 237–265, jun. 2016a.

BRESSER-PEREIRA, L. C. From classical developmentalism and post-Keynesian macroeconomics to new developmentalism. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 39, n. 2, p. 187–210, 2 maio 2019a.

BRESSER-PEREIRA, L. C. New steps in the construction of New Developmentalism. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 43, n. 4, p. 777–788, 1 jan. 2023.

BRESSER-PEREIRA, L. C. As três interpretações da dependência. **Perspectivas: Revista de Ciências Sociais**, v. 38, p. 17–48, 1 jan. 2010.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Teoria novo-desenvolvimentista: uma síntese. **Cadernos do Desenvolvimento**, v. 11, n. 19, p. 145–165, 12 dez. 2016b.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Como sair do regime liberal de política econômica e da quase-estagnação desde 1990. **Estudos Avançados**, v. 31, n. 89, p. 7–22, abr. 2017.

BRESSER-PEREIRA, L. C. New Developmentalism: development macroeconomics for middle-income countries. **Cambridge Journal of Economics**, v. 44, n. 3, p. 629–646, 30 dez. 2019b.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Teorias do Estado e a Teoria Novo-Desenvolvimentista. **Dados**, v. 65, n. 4, 2022a.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Quase estagnação no Brasil e o novo desenvolvimentismo. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 42, n. 2, p. 503–531, abr. 2022b.

BRESSER-PEREIRA, L. C.; BECHELAINE, C. Multilateral development banks, new developmentalism and local currency financing. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 39, n. 4, p. 755–767, dez. 2019.

BRESSER-PEREIRA, L. C.; THEUER, D. Um Estado novo-desenvolvimentista na América Latina? **Economia e Sociedade**, v. 21, n. spe, p. 811–829, dez. 2012.

CARVALHO, F. J. C. Financial flows and the New Developmentalism. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 38, n. 1, p. 115–124, 18 mar. 2018.

CHERNAVSKY, E. **Instituto de Economia - Unicamp - Entre as piores do mundo: um balanço da economia brasileira no governo Bolsonaro**. Disponível em: <<https://www.eco.unicamp.br/observatorio-da-economia-contemporanea/politica-economica/entre-as-piores-do-mundo-um-balanco-da-economia-brasileira-no-governo-bolsonaro>>. Acesso em: 30 maio. 2023.

COSTA, A. B. et al. Construção de uma escala para avaliar a qualidade metodológica de revisões sistemáticas. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 20, n. 8, 2015.

COSTA, A. M.; RIZZOTTO, M. L. F.; LOBATO, L. Fome, desemprego, corrupção e mortes evitáveis: faces da necropolítica. **Saúde em Debate**, v. 45, n. 130, p. 555–558, set. 2021.

CURADO, M.; FERNÁNDEZ, V. L. O mito da leniência fiscal no pensamento econômico desenvolvimentista. **Economia e Sociedade**, v. 27, n. 1, p. 61–87, abr. 2018.

DEAN, W. **A industrialização de São Paulo, 1880-1945**. São Paulo: Ditel, 1971.

FEIJO, C.; NASSIF, A.; ARAÚJO, E. **Taxa de câmbio real e política cambial no Brasil**. ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA. **Anais...Anpec**, 2020.

FELIX, J. Novo desenvolvimentismo e desigualdades: notas sobre a visão de Bresser-Pereira. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v. 29, p. e90249, 22 jul. 2024.

FERRARI-FILHO, F.; PAULA, L. F. The legacy of the Real Plan and an alternative agenda for the Brazilian economy. **Investigación Económica**, v. 62, n. 244, 2003.

FIOCCA, D. Oferta de crédito e o recente crescimento do Brasil. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v. 29, p. e90291–e90291, 22 jul. 2024.

FONSECA, P. Desenvolvimentismo: a construção do conceito. In: **Desenvolvimentismo: o conceito, as bases teóricas e as políticas**. [s.l.] Ed. UFRGS, 2019.

GALINDO, E. et al. **Efeitos da pandemia na alimentação e na situação da segurança alimentar no Brasil**. [s.l.] Food for Justice Working Paper Series, 2021.

GENNARI, A.; ALBUQUERQUE, C. Globalização e reconfigurações do mercado de trabalho em Portugal e no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 27, n. 79, p. 65–79, jun. 2012.

GONÇALVES, R. Novo desenvolvimentismo e liberalismo enraizado. **Serviço Social & Sociedade**, n. 112, p. 637–671, dez. 2012.

GONDIN, P. R.; OLIVEIRA, R. Internacionalização, desindustrialização precoce e subdesenvolvimento recente sob a ótica de Furtado. **Revista Catarinense de Economia**, v. 3, n. 2, p. 118–133, 13 dez. 2020.

GREMAUD, A. P.; VASCONCELOS, M. A.; TONETO JÚNIOR. **Economia brasileira contemporânea**. São Paulo: GEN, 2017.

GUARINI, G.; OREIRO, J. L. An ecological view of New Developmentalism: a proposal of integration. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 42, n. 1, p. 244–255, 5 jan. 2022.

GUNGEN, S. B. Revisiting neoliberalism and new developmentalism: lessons from Turkey and Argentina. **Third world quarterly**, v. 45, n. 1, p. 189–207, 5 set. 2023.

IASCO-PEREIRA, H. C.; MISSIO, F. J. The real exchange rate matters, but why? A new developmentalist assessment. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 43, n. 4, p. 789–812, 1 out. 2023.

KREGEL, J. Reflections on the old and new developmentalism. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 38, n. 1, p. 70–75, 18 mar. 2018.

MATTEI, L. Gênese e agenda do novo desenvolvimentismo brasileiro. **Revista de Economia Política**, v. 33, n. 1, p. 41–59, mar. 2013.

MELLO, J. M. C. **O capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira**. Campinas: UNICAMP, 1998.

MILARÉ, L. F. L. Chinese industrialization from the New-Developmental perspective. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 40, n. 1, p. 53–67, mar. 2020.

MOHER, D. et al. Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and meta-analyses: the PRISMA Statement. **BMJ**, v. 339, n. jul21 1, p. b2535–b2535, 21 jul. 2009.

MORAES, F. F. DE; GOULARTI FILHO, A. A Formação Econômica do Brasil e sua contribuição aos estudos de história econômica comparada. **Revista Catarinense de Economia**, v. 3, n. 2, p. 62–79, 13 dez. 2020.

MORAES, I. A. D.; IBRAHIM, H. C. The New Developmentalism and productive sophistication. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 40, n. 2, p. 193–213, jun. 2020.

MOURA, R.; GUEDES, I. Desindustrialização, Reindustrialização e Neoindustrialização: O Governo Lula III e um debate imperativo ao país. **BOLETIM GEEP**, v. 4, n. 1, p. 20–32, jan. 2023.

NASSIF, A. Bresser-Pereira: a reconstrução política do Brasil à luz das teses centrais do novo-desenvolvimentismo. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v. 29, p. e90276–e90276, 17 maio 2024.

OLIVEIRA, W. R. S. DE; CECHIN, A. Efeitos da pandemia da Covid-19 nos preços dos alimentos no Brasil. **Revista Catarinense de Economia**, v. 5, n. 2, p. 141–155, 23 dez. 2022.

OREIRO, J. L. Novo-desenvolvimentismo, crescimento econômico e regimes de política macroeconômica. **Estudos Avançados**, v. 26, n. 75, p. 29–40, ago. 2012.

OREIRO, J. L. A grande recessão brasileira: diagnóstico e uma agenda de política econômica. **Estudos Avançados**, v. 31, n. 89, p. 75–88, abr. 2017.

OREIRO, J. L. Thirlwall's Law and New-Developmentalism: What Are the Limits for Long-Run Growth? **Investigación Económica**, v. 82, n. 326, p. 98–126, 2023.

OREIRO, J. L.; PAULA, L. **A economia brasileira no governo Temer e Bolsonaro: uma avaliação preliminar**. [s.l.] Researchgate, 2019.

ORNELAS, E. B. A teoria keynesiana, o Brasil e a narrativa “economia versus saúde” diante da pandemia: como as estratégias e políticas anticíclicas têm sido utilizadas? . **Brazilian Journal of Business**, v. 3, n. 1, p. 1256–1267, 2021.

PAIVA-SILVA, J. Pragmatism as a pillar of the New Developmentalism. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 40, n. 2, p. 376–397, jun. 2020.

PAULA, L. F. DE; PIRES, M. Crise e perspectivas para a economia brasileira. **Estudos Avançados**, v. 31, n. 89, p. 125–144, abr. 2017.

PAULA, L. F.; SANTOS, F.; MOURA, R. **O Projeto Desenvolvimentista dos Governos do PT: Uma avaliação integrada de economia e política**. 43º Encontro Anual da ANPOCS. Anais...ANPOCS, 2019.

PEREIRA, J. M. D. Uma breve história do desenvolvimentismo no Brasil. **Cadernos do Desenvolvimento**, v. 6, n. 9, p. 121–141, 22 maio 2011.

POCHMANN, M. **O emprego na globalização**. [s.l.] Boitempo Editorial, 2007.

PRATES, D.; FRITZ, B.; PAULA, L. O desenvolvimentismo pode ser culpado pela crise? Uma classificação das políticas econômica e social dos governos do PT ao governo Temer. **IE-UFRJ Discussion Paper**, v. 09, n. 1, 1 maio 2019.

RESENDE, M. F. D. C.; TERRA, F. H. B. Macroeconomia desenvolvimentista: uma avaliação pós-Keynesiana. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 38, n. 1, p. 76–98, 18 mar. 2018.

ROTH, S. **Research Guides: Systematic Reviews & Other Review Types: What is a Systematic Review?** Disponível em: <<https://guides.temple.edu/c.php?g=78618&p=4178713>>. Acesso em: 9 jun. 2022.

SAMPAIO JR., P. DE A. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. **Serviço Social & Sociedade**, n. 112, p. 672–688, dez. 2012.

SCHWARTZ, G. The Economics of New Developmentalism. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 40, n. 2, p. 398–404, jun. 2020.

SENA JÚNIOR, C. Z. DE; MIGUEL, L. F.; FILGUEIRAS, L. O Terceiro Governo Lula: limites e perspectivas. **Caderno CRH**, v. 36, p. e023024, 15 dez. 2023.

SICSÚ, J.; PAULA, L. F. DE; MICHEL, R. Por que novo-desenvolvimentismo? **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 27, n. 4, p. 507–524, 1 dez. 2007.

SILVA, I. J.; MALTA, M. M. O fim do teto de gastos, novo arcabouço fiscal e a possibilidade de “incluir o pobre no orçamento” no governo Lula: os limites do desenvolvimento sob o estranho consenso macroeconômico. **Cadernos do Desenvolvimento**, v. 17, n. 33, p. 173–205, 31 dez. 2023.

SILVA, V. C. E.; CURADO, M. Crossing boundaries: an assessment to the influence of post-Keynesianism on developmental macroeconomics. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 38, n. 4, p. 611–628, out. 2018.

SILVA, W. Contribuições e Limitações de Revisões Narrativas e Revisões Sistemáticas na Área de Negócios. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 23, n. 2, p. 1–11, mar. 2019.

SIMÕES, P. H. DE C.; ALVES, J. E. D.; SILVA, P. L. DO N. Transformações e tendências do mercado de trabalho no Brasil entre 2001 e 2015: paradoxo do baixo desemprego? **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 33, n. 3, p. 541–566, 31 dez. 2016.

STANDING, G. **O Precariado - A Nova Classe Perigosa**. [s.l.] Autêntica, 2013.

TAVARES, M. C. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro**. [s.l.] Zahar, 1977.

TIJERINA, W. Desarrollismo subnacional para el nuevo siglo. **Problemas del Desarrollo. Revista Latinoamericana de Economía**, v. 49, n. 192, 7 dez. 2017.

TIJERINA, W. Developmentalism as a comparative-historical model: From Friedrich List to Bresser-Pereira. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 40, n. 3, p. 484–492, jul. 2020.

VADELL, J.; HENRIQUE, P. Neoliberalismo na América do Sul: a reinvenção por meio do estado. **Contexto Internacional**, v. 36, n. 1, p. 75–111, 1 jun. 2014.

VICENTE, A.; QUINTELA, C. Coronavírus: como está a classe trabalhadora na pandemia? **Boletim de Conjuntura**, v. 4, n. 10, p. 150–158, 19 out. 2020.

VILLAVARDE, J.; REGO, J. M. O Novo Desenvolvimentismo e o desafio de 2019: superar a estagnação estrutural da economia brasileira. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 39, n. 1, p. 108–127, mar. 2019.

VILLEGAS, B. Rápida Y Pertinente Búsqueda Por Internet Mediante Operadores Booleanos. **Universitas Scientiarum**, v. 8, p. 51–54, 10 jul. 2003.

Como Referenciar este Artigo, conforme ABNT:

LOUREDO, F. M; WANDERLEY, S. E. P. V. Desafios da Economia Brasileira: Uma Revisão Sobre a Agenda novo Desenvolvimentista. **Rev. FSA**, Teresina, v. 22, n. 4, art. 6, p. 106-133, abr. 2025.

Contribuição dos Autores	F. M. Louredo	S. E. P. V. Wanderley
1) concepção e planejamento.	X	
2) análise e interpretação dos dados.	X	X
3) elaboração do rascunho ou na revisão crítica do conteúdo.		X
4) participação na aprovação da versão final do manuscrito.	X	X